

PERSPECTIVAS HISTÓRICAS DA EJA NO BRASIL

Weldilene Aparecida Pires – Universidade Cidade de São Paulo
E-mail: weldilenepires.wp@gmail.com

Edmar Lucas Ferreira Sehnem – Universidade Cidade de São Paulo
E-mail: lucasferreirasehnem@gmail.com

Introdução

A Educação de Jovens e Adultos (EJA), no Brasil, surgiu em resposta à evidente necessidade de proporcionar uma oportunidade mais equitativa para adultos que não tiveram acesso à educação formal. Portanto, trata-se de uma proposta de ensino que requer atenção especial, pois refere-se a cidadãos e cidadãs que não estudaram no período regular, no entanto, possuem uma história de vida e carregam consigo a bagagem cultural que essa trajetória lhes proporcionou.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 9394/1996 (LDB 9394/96), assinala que a EJA configura-se como uma modalidade contemplada pela educação básica, em nível fundamental e médio, e que possui particularidades e características próprias. Nessa direção, a EJA deve ter como objetivo proporcionar aos educandos o desenvolvimento de competências e habilidades para a vida social, política e econômica visando à melhoria das condições de vida pessoal e coletiva. Além disso, a modalidade deve se pautar pela flexibilidade curricular, adaptando-se às necessidades dos educandos e permitindo a retomada dos estudos em qualquer momento da vida.

A meta 09 do atual PNE, com vigência até 2024, assinala que o objetivo previsto é “Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional”. Todavia, conforme indicam os resultados parciais de monitoramento e avaliação feitos pelo Observatório do PNE¹, até o ano 2020, 94,5% da população brasileira sabia ler e escrever, porém até o ano de 2018, os resultados

¹ O Observatório do Plano Nacional de Educação é uma plataforma, coordenada pela organização não governamental “Todos pela Educação” em parceria com mais de 28 organizações ligadas à educação que objetivam monitorar e avaliar o Plano Nacional de Educação. Disponível em: <https://www.observatoriodopne.org.br/>. Acesso em 24 nov. 2023.

apontaram que 29% da população maior 15 anos ainda integrava o grupo de analfabetos funcionais.

Desenvolvimento

O ponto de partida para discutir legislação e políticas públicas destinadas à EJA e grupos historicamente excluídos remonta ao final da década de 1940. Nesse período, o Brasil iniciou questões relacionadas à educação fundamental, em grande parte devido à vitória dos ideais democráticos após o término da 2ª Guerra Mundial. Conforme Pereira (2007, p. 54), esse contexto internacional teve um impacto significativo nas iniciativas nacionais da época, que passaram a dar destaque ao movimento em prol da educação em massa. O progresso social e econômico passou a depender cada vez mais da construção de uma base educacional sólida, visto que a modernização da sociedade promove uma maior capacitação da população, especialmente nas áreas rurais.

Gadotti (1995) assinala que a trajetória histórica da EJA pode ser dividida em três períodos distintos: o primeiro entre os anos de 1946 a 1958, em que houve a realização de campanhas nacionais, iniciadas oficialmente, com o propósito de erradicar o analfabetismo. O segundo, entre 1958 e 1964, com marco significativo do 2º Congresso Nacional de Educação de Adultos, realizado em 1958, no qual Paulo Freire desempenhou papel de destaque e onde se deu início para as discussões acerca da problemática das questões que se relacionavam com a alfabetização de adultos, culminando na idealização, sob liderança de Paulo Freire, do Plano Nacional de Alfabetização de Adultos. Contudo, esse plano foi descontinuado em decorrência ao Golpe de Estado de 1964. O terceiro é caracterizado pela instituição do MOBRAL que foi delineado como sistema que objetivava coordenar o processo de alfabetização da população, sobretudo nas regiões rurais. No entanto, com o processo de redemocratização em 1985, a "Nova República" encerrou o MOBRAL e estabeleceu a Fundação Educar, marcando uma transformação importante na Educação de Adultos sob a égide da "Nova República".

Conforme Rocha *et al* (2002), contemporaneamente, o governo se encontra em uma situação de despreparo tanto teórico quanto prático para abordar eficazmente o desafio de proporcionar educação de alta qualidade para todos os cidadãos brasileiros. Apesar da existência da Declaração Mundial sobre Educação para Todos, do Plano de

Ação para Atender às Necessidades Básicas de Aprendizagem, documentos resultantes da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, e da implementação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei n. 9.394/96 (LDB 9394/96), o governo brasileiro não tem cumprido integralmente seus compromissos em relação a esse problema crucial e sensível.

Em face do exposto, é possível dizer que ao longo de grande parte deste século, e do século passado, as experiências de educação voltadas para EJA no Brasil refletiram uma abordagem com vistas à integração com o projeto de desenvolvimento econômico e social, que teve sua formulação e implementação contribuindo para a consolidação do capitalismo no país.

No entanto, foi também nesse contexto que começaram a se desenvolver maneiras diversas de compreender a realidade, reconhecendo e valorizando a rica diversidade cultural. Isso resultou em uma mudança na perspectiva de como a EJA deveria ser abordada. Sob a influência de Paulo Freire, as políticas educacionais relacionadas a essa modalidade puderam destacar as particularidades culturais, econômicas e sociais de diferentes regiões e comunidades locais, o que permitiu identificar os problemas sociais existentes e as potencialidades para a mudança por meio da ação dos indivíduos integrados em suas próprias culturas. A diversidade cultural passou a ser reconhecida como um elemento fundamental no planejamento e na execução da educação, incluindo a EJA em oposição às abordagens integradoras de caráter militarista e populista, que buscavam a homogeneização e a padronização.

Considerações Finais

Em um breve retrospecto, apresentamos diferentes campanhas que visavam extinguir o analfabetismo e políticas que influenciaram a EJA no cenário nacional. Foram os movimentos, representados por grupos sociais como sindicatos e outros, os verdadeiros impulsionadores do surgimento de uma educação focada na transformação, integrando-a no processo de modernização do país.

Percebe-se que as políticas de EJA, direcionam para o enfrentamento do desafio do compromisso histórico social brasileiro em fomentar e garantir a igualdade de oportunidades, inclusão e justiça social. Objetivam, também, a formulação de ações e

políticas de enfrentamentos diante da necessidade contemporânea de resgate de direitos aos sujeitos que não tiveram acesso à educação formal e acadêmica adequada e no tempo certo e de maneira efetiva. Contudo, é possível inferir que ainda não há diretrizes, normativas e políticas reparatórias efetivas e que se adequem às reais necessidades da modalidade e que as metas previstas pelo atual PNE, e delineadas pela LDB 9394/96, para a modalidade não foram atingidas. Perfazendo assim, a necessidade de uma ampla divulgação e debate, diante das políticas públicas que versam sobre o tema. Sendo assim, a pesquisa sobre a EJA é crucial para ampliar a visibilidade do seu papel na promoção da igualdade educacional, na preservação da aprendizagem ao longo da vida e no empoderamento dos adultos para se tornarem cidadãos informados e engajados em suas comunidades.

Referências

BRASIL. Lei n. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Portal da legislação** – governo federal. 1996 e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em 02 out.2023.

BRASIL. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 01 out. 2023.

GADOTTI, Moacir. **A Educação contra a educação**. São Paulo: Cortez, 1995.

GADOTTI, Moacir. **Estado e Educação popular**. Conferência na UNESCO, 1995.

PEREIRA, Dulcinéia de Fátima Ferreira. Educação de jovens e adultos e educação popular: um olhar histórico sobre as políticas públicas ou ausência delas. **EccoS – Revista Científica**, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 53–74, 2008. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/487>. Acesso em: 23 nov. 2023.

ROCHA, Halline Fialho da; KARL, Helena de Azevedo; VEIGA, Marise Schmidt; GUIMARÃES, Michele. **As Práticas Educativas na Educação de Jovens e Adultos. Pedagogia em Foco**. Petrópolis, 2002. Disponível em: <https://www.pedagogiaemfoco.pro.br>. Acesso em: 02 out. 2023.